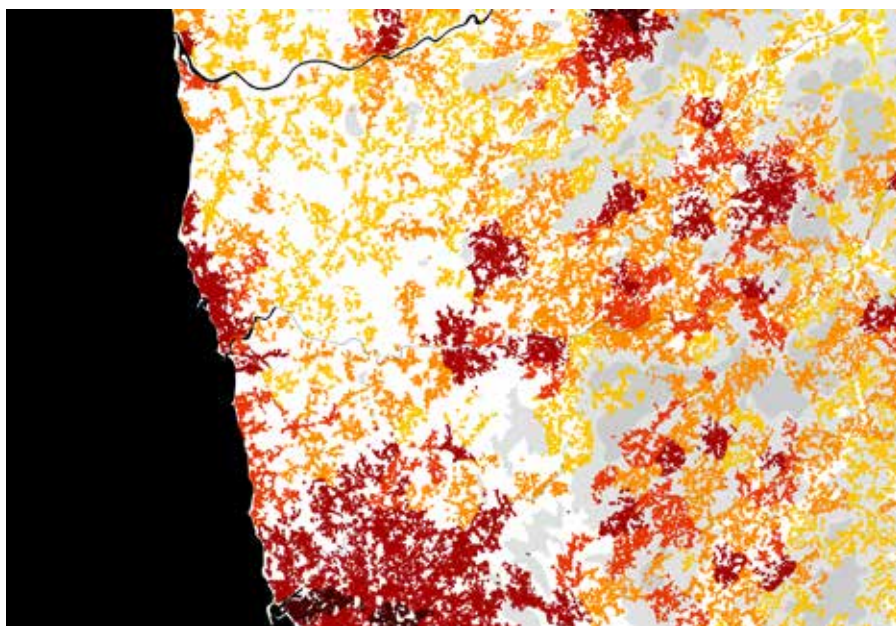


O Urbano e a Urbanística

ou os tempos das formas

por Nuno Portas com ilustração de Nuno Travasso

Densidade populacional no sistema metropolitano do Porto, entre Douro e Cávado. CEAU-PAUP, 2012



7 de janeiro

Heranças urbanas e mudanças dos modos de vida

Lugares e mosaicos urbanos

14 de janeiro

Atividades e mobilidades – malhas geradoras

Espaçamentos, traçados

21 de janeiro

Habitats e ecologias – limites e densidades

Tipos e modelos do edificado

28 de janeiro

(Meta)polis e governabilidades

Regulações, compromissos, *empowerments*. A “obra aberta” em tempos de incerteza

As cidades nunca foram iguais mas algumas das suas características mostraram-se, ao longo do tempo, mais constantes ou

mais resilientes do que outras. No entanto tem-se a sensação de que nos últimos dois séculos, sobretudo no último e no hemisfério-norte, se assistiu a ruturas tão profundas e alternativas tão radicais que nos obrigam à reflexão crítica sobre esses resultados que ainda hoje dividem as opiniões públicas além dos especialistas. Eis alguns problemas mais críticos, não só portugueses:

Na primeira sessão, evocamos os legados da revolução industrial e comercial nos países mais avançados, confrontando-os com as mudanças dos modos de vida e das formas de urbanização: a perda sucessiva dos limites físicos, a polarização dos aglomerados centrais e as periferias cada vez mais extensivas. Em suma, o dualismo da cidade-com história e da não-cidade sem história reconhecida.

Na segunda sessão, perseguimos as mobilidades crescentes de pessoas, bens, informação e energia, causa e consequência da explosão tecnológica, fabril, agrícola

e comercial que se traduziram em sucessivas redes entre e intracidades. A resposta urbanística mais profunda, do século XIX ao XX, reside nas malhas de espaço público que viriam a servir de suportes, funcionais e simbólicos, às diferentes formas da edificação, aos parques... ou seja, da cidade central à extensiva ou às conurbações.

Na terceira sessão, avaliamos a edificação que se diversificou em termos de funções e níveis de riqueza: da casa aos bairros, da oficina aos complexos fabris, do comércio aos grandes armazéns e escritórios, ou ainda aos equipamentos sociais, de ciência e educação ou saúde, de lazeres e espetáculos... para todos. É a habitação que constitui a maior massa construída, resultante das mudanças demográficas (saúde, emprego, migrações...) mas também dos modos e estilos de vida dos cidadãos, função dos recursos e culturas que caracterizaram as classes médias crescentes. Confrontamos as formas ou modelos do habitat – casas e espaços comuns – ensaiadas na Europa e em Portugal, na 2.ª metade do século XX. Questionamos os equívocos da densidade urbana, os tipos de promoções públicas e privadas, os limites de participação dos moradores e as suas mobilidades.

Na quarta e última sessão, a questão da governança, do papel do Estado como arrumador do crescimento ou reconversão urbanos nas áreas de mudança como as “metapolis” do litoral português. O papel das “estratégias” e “planos” e a gestão local dos “projetos urbanos” e as dificuldades de compatibilização dos diferentes “estados” e destes com promotores e cidadãos. Ou seja, a crescente incerteza dos recursos e impactos, sabendo distinguir o que se impõe como durável e estruturante para a coletividade e o que é apenas provável, acidental ou particularizado: um planeamento a diferentes velocidades.

[Obs. Uma leitura acessível: *Políticas Urbanas I e II*, obra coletiva editada pela F.C. Gulbenkian]

CONFERÊNCIAS SEGUNDAS-FEIRAS 7, 14, 21, 28 DE JANEIRO · 18H30 · GRANDE AUDITÓRIO

(Meta)polis e governabilidades

Regulações, compromissos, *empowerments*. A “obra aberta” em tempos de incerteza

Procurámos, nas sessões anteriores, mostrar como, desde os tempos antigos às mais recentes e diferentes geografias, as dinâmicas urbanas e os poderes / saberes sobre as cidades e suas aglomerações sempre responderam às necessidades emergentes com diferentes tipos de formas e processos de governação.

O último século expôs-nos a ruturas tão profundas – das técnicas, economias, demografias, culturas e governações – que ainda estamos longe de consensos urbanísticos alargados e duráveis. Por outro lado, a incerteza de longo prazo que enfrentamos – tal a rapidez das mudanças, o espanto face às hipóteses em presença – tem evidenciado as fragilidades dos nossos modelos de governância.

Como um hipertexto em movimento onde, em vez das certezas e consensos, procuramos por “tentativa-e-erro” escolher os projetos com mais probabilidades de consistência ou realismo que só o futuro dirá se vêm para ficar: a cidade líquida?

A situação presente no ambiente europeu, e não só, tem-se revelado instável, quer por parte dos poderes reguladores em presença, quer por parte dos múltiplos atores da sociedade civil.

* * *

Há mais de meio século que se procuram formas de regulação minimamente eficazes: por um lado, a salvaguarda ecológica, por outro a conjugação, no espaço e no tempo, dos investimentos sectoriais que suportam os desenvolvimentos urbanos. As práticas reguladoras têm sido experimentadas com “propostas estratégicas” que se esperam amplas e duráveis, com “planos regionais ou locais” de média duração e com “projetos urbanos” parcelares de execução com prazos à vista; sob responsabilidades de entidades regionais, supramunicipais ou locais.

Hoje sabemos que as sobreposições, de tempos e espaços, destes instrumentos não têm sido tão eficazes quanto se desejava. As diferentes durações dos mandatos políticos levaram a interrupções ou divergências com prejuízos no investimento e na conclu-

são dos processos: as práticas democráticas também têm os seus custos...

Outra questão polémica – que, na Europa, divide Norte e Sul – é a do grau de imposição legal que caracteriza os instrumentos de planeamento: disposições formais rígidas, ou critérios para compromissos e situações imprevistas. O que suporia quadros qualificados e responsáveis nos níveis locais e regionais.

* * *

Finalmente, a questão da governança “metropolitana” que, no caso português, soma mais de metade da população do continente, com tendências multipolares em ambas as áreas metropolitanas crescidas ao longo das faixas marítimas ou fluviais. De facto, e independentemente da adiada regionalização com distintas atribuições, as cidades extensivas carecem de governação em dois níveis: o nível municipal e o nível referente ao conjunto metropolitano, responsável pelas crescentes funções “transversais” que ultrapassam a simples coordenação das partes, em que se tem vivido: sistemas ambientais, de mobilidade, de serviços sociais e educativos, de segurança, de reequilíbrio dos habitats. Sistemas que hoje exigem estratégias e projetos territoriais que ultrapassem a soma das vontades locais além de substituírem dependências dos serviços centrais.

* * *

O governo – duplo, nos casos metropolitanos – que emana dos resultados das eleições diretas tem legitimidade soberana para tomar decisões sobre os instrumentos de planeamento e aplicações dos recursos financeiros. Mas dada a subjetividade e incerteza das decisões – que também se estende às opções técnicas e culturais – as expressões de sociedade civil não devem ser subestimadas: é o “grau 0” da participação e da cidadania.

Mas a participação não se limita ao protesto ou aplauso. Referimo-nos às situações de parcerias ativas, de cumplicidade e apoios materiais ou de gestão de iniciativas dirigidas aos próprios destinatários dos projetos, facilitando a sua viabilidade ou prioridade.

O conceito de *empowerment* (John Friedman), de difícil tradução, com o significado de parceria ou partilha de poder em

ações que o justifiquem, merecem a atenção e avaliação dos resultados que poderão generalizar-se ampliando benefícios e os recursos disponíveis.

Leituras propostas

BOURDIN, Alain – *O Urbanismo Depois da Crise*. Lisboa: Livros Horizonte, 2011.

FERRÃO, João – *O Ordenamento do Território como Política Pública*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João – *Políticas Urbanas 2: Transfor-mações, Regulação e Projectos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

Nuno Portas é professor Emérito da Universidade do Porto e coordena o Laboratório de Estudos do Território da mesma universidade. Foi investigador do LNEC (1963-83) em habitação e urbanismo após ter integrado o atelier N. Teotónio Pereira participando em projetos premiados de habitação (Olivais, Restelo) e igrejas (1957-73). Exerceu funções de Secretário de Estado nos três primeiros Governos Provisórios e de vereador na Câmara Municipal de Gaia (1990-94). Foi Professor na ESBAL (1965-71) e, desde 1984, na FAUP até à jubilação, onde coordenou investigação teórica e aplicada em municípios da Região e no Campus da Universidade de Aveiro. Participou em ações internacionais da ONU, BID e EU e projetos urbanos em Espanha, Itália e Brasil. Publicou três teses e cinco volumes de artigos selecionados. Recebeu o prémio Abercrombie de Urbanismo da UIA 2005.

Nuno Travasso é arquiteto e doutorando no Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da FAUP, sendo coautor de *Políticas Urbanas II*, editado pela F.C. Gulbenkian em 2011.